



A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REFLEXÕES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

MENEZES, Rosimeire Cristina Cristo de. **A Educação de Jovens e Adultos: Reflexões sobre a evasão escolar no sistema educacional brasileiro**. Florianópolis: Id Acadêmico, 2024.

Orientadora: **Dr Erivaldo Nogueira Campos**

RESUMO

O direito de todos à educação básica quanto ao acesso no ensino público brasileiro, ainda não é uma realidade para todos os cidadãos, causando certa inquietação, haja vista a existência de uma legislação que o ampara, mesmo havendo uma gama significativa de publicações em relação a esses direitos. Como parte que integra o Sistema educacional brasileiro, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrenta desafios significativos relacionados à evasão escolar, um fenômeno complexo influenciado por diversos fatores. Estudos indicam que questões socioeconômicas e a falta de adaptação do currículo às realidades dos alunos são algumas das causas principais. Compreender essas motivações é essencial para desenvolver estratégias eficazes que promovam a permanência dos estudantes e garantam o acesso à educação básica como um direito fundamental para todos. A metodologia empregada, consistiu em análises profundas das pesquisas de vários autores em abordagens pertinentes sobre a temática do referido estudo, dentre os quais, Julio Groppa Aquino, Paulo Freire, Marta Kohl de Oliveira, Ana Maria Soek, Sônia Haracemiv; Tânia Stoltz, Vanilda Paiva, Miguel Arroyo.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Evasão escolar; EJA; Alunos.

SUMMARY

Everyone's right to basic education in terms of access to Brazilian public education is still not a reality for all citizens, causing some concern, given the existence of legislation that supports it, despite having a significant range of publications in relation to these rights. As part of the Brazilian educational system, Youth and Adult Education (EJA) faces significant challenges related to school dropout, a complex influenced by several factors. Studies indicate that socioeconomic issues and the lack of adaptation of the curriculum to the students' realities are some of the main causes. Understanding these motivations is essential to develop strategies that promote student retention and guarantee access to basic education as a fundamental right for all. The methodology used consists of in-depth analysis of research by several authors on relevant approaches to the topic of the study in question, including Julio Groppa Aquino, Paulo Freire, Marta Kohl de Oliveira, Ana Maria Soek, Sônia Haracemiv; Tânia Stoltz, Vanilda Paiva, Miguel Arroyo.

Keywords: Youth and Adult Education; School dropout; EJA; Students.

INTRODUÇÃO

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil é um desafio complexo que envolve múltiplas causas e requer uma abordagem multifacetada para sua resolução. Estudos indicam que fatores socioculturais, como as condições familiares e econômicas, bem como métodos de ensino inadequados para o perfil dos estudantes da EJA, impactam significativamente causando a evasão. Além disso, a falta de material didático atualizado e a necessidade de formação continuada para os professores são aspectos que também refletem negativamente na permanência dos alunos nas escolas.

Para discorrer e embasar este estudo, utilizou-se a metodologia bibliográfica. Segundo Andrade (2007) esse tipo de metodologia é um exemplo de abordagem multidisciplinar, essencial na pesquisa contemporânea. Ao reunir dados de diferentes fontes, os pesquisadores podem construir uma compreensão mais robusta dos fenômenos estudados.

Marconi e Lakatos (2003) salientam a importância da habilidade individual do pesquisador no processo de revisão bibliográfica. A eficácia na coleta de materiais relevantes e a capacidade de discernir informações valiosas são fundamentais para o sucesso de qualquer investigação científica. Isso implica que, além do conhecimento teórico, o pesquisador deve desenvolver uma competência prática que lhe permita identificar e utilizar as informações mais pertinentes ao seu estudo. Portanto, a revisão bibliográfica não é apenas um processo de acumulação de dados, mas também um exercício de análise crítica e seleção estratégica de conteúdo.

A pesquisa em questão está dividida em três tópicos para melhor estruturação e compreensão sobre a temática em pauta. O primeiro capítulo apresenta os aspectos legais e históricos da EJA na Educação Básica do Brasil. O segundo capítulo aborda reflexões pertinentes no que concerne ao perfil dos educandos da EJA. O terceiro e último capítulo dá ênfase a problemática desse estudo, discorrendo então, sobre a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos, que têm se mostrado uma questão crítica que afeta não apenas o desenvolvimento educacional, mas também o capital cultural de uma nação. O abandono dos estudos por jovens e adultos restringe significativamente o acesso a oportunidades e a uma visão extensa do mundo, perpetuando ciclos de desigualdade. Portanto, é essencial que políticas públicas e iniciativas sociais se concentrem em compreender e dirimir as causas da evasão,

garantindo assim uma educação mais inclusiva e transformadora no ensino público brasileiro.

O objetivo geral deste estudo é analisar o contexto atual da Educação de Jovens e Adultos (EJA), assim como as situações que poderão ser encontradas nas instituições de ensino, em decorrência de alguns fatores prejudiciais no que se refere à evasão escolar na referida modalidade, buscando compreender a motivação que leva os alunos a evadirem-se do âmbito escolar formal. Compreender essas motivações é essencial para desenvolver estratégias eficazes que promovam a permanência dos sujeitos da EJA e garantam o acesso à educação básica como um direito fundamental para todos.

ASPECTOS LEGAIS E HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino no Brasil que busca atender aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos na idade apropriada. Historicamente, a EJA tem sido uma forma de inclusão educacional e social, oferecendo uma nova oportunidade para a inserção e conclusão da educação básica e continuada. Programas como o Projovem e o Brasil Alfabetizado são exemplos de iniciativas governamentais para fortalecer essa modalidade de ensino, visando superar o analfabetismo e melhorar o nível da escolaridade no país. A importância da EJA reside na sua capacidade de promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos, contribuindo assim para uma sociedade mais justa e igualitária. Todavia, desde o princípio essa modalidade de ensino vem constituindo-se às margens do sistema educativo brasileiro.

Conforme estudos, os primeiros alfabetizadores, em solo brasileiro, foram os jesuítas, que instruíam a população a partir de fundamentos religiosos, impondo regras de comportamentos que julgavam adequados, porém a partir de oportunidades desiguais, ensinando-lhes raramente o rudimento das primeiras letras e trabalhos necessários, como, por exemplo, os de atividades agrícolas, pecuária, mineração, além de outros, com o objetivo de utilizar seus serviços manuais na economia colonial.

Durante muito tempo, a educação brasileira foi reservada apenas para as elites. No decorrer dos anos, essa realidade contribuiu para uma disparidade

educacional, refletindo-se então no aumento do quantitativo de pessoas não escolarizadas, situação que vem contribuindo de forma acentuada para a exclusão social.

Segundo Paiva (2003), em 1854, foi autorizado o regulamento que estabelecia a reforma do ensino primário secundário no município da corte, o qual se originou de uma proposta de reforma apresentada pelo deputado Luiz Pereira do Couto Ferraz, em 1851, que enfatizava a construção de escolas direcionadas à educação de adultos, o que só ocorreu a partir de 1860, onde a primeira escola criada para tal objetivo foi a de São Bento, no Maranhão, que foi ministrada por João Miguel da Cruz. A referida Reforma, representou um marco importante na história da educação brasileira. A educação de adultos no Brasil, ganha espaço à partir da Constituição Federal de 1934, onde se promulga a obrigatoriedade da oferta de ensino básico gratuito para a população jovem adulta, que, por falta de oportunidades, não haviam frequentado a escola no tempo propício, ultrapassando a dificuldade de acesso ao estudo formal para adultos ainda não escolarizados.

Em janeiro de 1958 foi desenvolvida a campanha nacional de erradicação do analfabetismo, CNEA. Implementada durante o governo de Juscelino Kubitschek que de início era de cunho experimental, também destinada à educação popular, foi extinta em 1963, devido às dificuldades financeiras. Neste ano ocorreu no estado do Rio de Janeiro a convocação do Segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, com perspectivas de se buscar soluções para o enfrentamento do problema relacionado à educação de adultos, o qual foi promovido por diversas instituições públicas e privadas.

Na década de 60, Paulo Freire, um dos educadores mais influentes do século XX, percebeu a necessidade de se estabelecer mudanças profundas na política nacional, para que o crescimento econômico chegasse aos setores desfavorecidos, a classe popular. Atuou então na alfabetização de adultos, contribuindo significativamente para uma educação mais humana e democrática, que até hoje influencia gerações de educadores no Brasil e no exterior. Sua pedagogia crítica visava não só a alfabetização, mas também a promoção da consciência crítica entre a população pobre.

Em dezembro de 1967, o governo militar lançou o MOBRAL, Movimento Brasileiro de Alfabetização, com o objetivo de extinguir o analfabetismo e a promoção

da educação continuada aos jovens e adultos. O programa só ganhou força a partir de 1971, sob o governo de Emílio Médici. O MOBRAL representou um esforço nacional para melhorar as condições de vida através da educação, mesmo enfrentando críticas quanto à sua metodologia.

Na década de 70, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 5.692/71, representou um marco significativo na história da educação brasileira, estabelecendo as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus. Esta legislação introduziu o ensino supletivo como uma modalidade de educação, visando oferecer oportunidades para aqueles que não puderam completar seus estudos na idade considerada adequada. No decorrer dos anos, a lei foi sucedida por novas regulamentações, mas sua relevância na democratização do acesso à educação permanece um ponto de referência importante.

Em 1988 a Constituição Brasileira ampliou o dever do Estado em relação à EJA, quando no capítulo III da seção I em seu Art. 208 determina:

Ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria, promovendo assim, no contexto educacional, a efetivação democrática com perspectivas de inserir neste os jovens e adultos, assegurando a aprendizagem formativa destes. (BRASIL, 1988)

A Constituição Brasileira assegura a inserção escolar gratuita para todos os cidadãos, inclusive para grupos que antes estavam à margem do sistema educativo, dentre os quais jovens e adultos com defasagem e idade-série. Posteriormente, outro marco histórico referente a EJA, a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) define que:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996).

Observamos que no que concerne às políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, objetiva-se à garantia ao direito a

uma educação de qualidade e equidade para tal público. No entanto, a implementação dessas políticas está atrelada a desafios significativos, como a necessidade de ações sistemáticas e sucessivas que respeitem a integralidade dos sujeitos educacionais. De acordo com Arroyo(2005):

Os jovens e adultos da EJA são uma denúncia clara da distância intransponível entre as formas de vida a que é condicionada a infância, adolescência e juventude populares e a teimosia rigidez e seletividade de nosso sistema escolar. Olhar-se no espelho das trajetórias dos jovens e adultos que volta à EJA talvez seria uma forma do sistema reconhecer a distância intransponível. Não foi a EJA que se distanciou da seriedade do sistema escolar, foi este que se distanciou das condições reais de vida dos setores populares. A educação de jovens e adultos avançará na sua configuração como campo público de direitos na medida em que o sistema escolar também avançar na sua configuração como campo público de direitos para os setores populares em suas formas concretas de vida e sobrevivência (ARROYO, 2005. p 48-49).

É importante ressaltar que os estudantes da modalidade EJA, precisam ser tratados como sujeitos de direitos já adquiridos, com observância em suas especificidades de aprendizagem no âmbito escolar.

PERFIL DOS ALUNOS DA EJA

As dificuldades encontradas em sala de aula na modalidade de ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA) requerem um olhar detalhado referentes às questões que podem interferir na vontade de aprender e no desempenho da aprendizagem de seus educandos, pois muitos são os fatores que dificultam a efetivação do processo de ensino-aprendizagem. E um desses fatores situa-se no fato do aluno da EJA iniciar ou reiniciar seus estudos depois de algum tempo sem frequentar uma sala de aula, ou seja, já na faixa etária adulta.

Grande parte dos alfabetizados sente vergonha de voltar aos bancos escolares depois de adulto porque possui a visão distorcida de que a escola é o espaço de aprendizagem para crianças (SOEK; HARACEMIV; ESTOLTZ, 2009. p, 22).

Não é uma tarefa simples o início ou a retomada dos estudos para os alunos da EJA. Visto que muitas vezes apresentam dilemas difíceis que podem influenciar diretamente na permanência destes na escola, carregando consigo a culpa por não estudar no tempo propício, a juventude ou infância. Embora seja uma oportunidade de retomada educacional, muitos enfrentam o estigma social associado a essa escolha, o que pode afetar negativamente sua autoestima e persistência nos estudos.

Dessa forma, “o estigma que vítima duas vezes o analfabeto, porque além da vergonha, coloca-o como culpado pelo seu não saber, traz arraigado a não consciência do direito [...]” (PAIVA, 2009, p. 25-26).

Os alunos da EJA, precisam usufruir do direito formal e constitucional que lhes cabe, garantido na tessitura da legislação brasileira. Os sujeitos dessa referida modalidade educacional, são cidadãos e devem ter oportunidades para exercer sua cidadania. Segundo Gadotti (2006, p. 67) "Pode se dizer que cidadania é essencialmente consciência de direitos e deveres e exercício da democracia [...]". Sugerindo que o exercício da cidadania se dá pela participação consciente do indivíduo na sociedade, no que diz respeito aos seus direitos sendo estes civis, políticos ou sociais.

A especificidade dos alunos da EJA não se detém nas questões de distorção e idade-série. A estes estão conectadas com complexidades mais profundas como as que dizem respeito aos fatores culturais e econômicos. A realidade dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), frequentemente vem de um contexto de trabalho precoce e necessidade de sobrevivência, refletindo as dinâmicas da sociedade capitalista (STOLTZ; HARACEMIV; SOEK, 2009).

Os sujeitos da modalidade EJA, são vítimas da desigualdades sociais, pois muitas vezes por necessidade priorizam o trabalho, ainda que submetidos à baixos rendimentos, e praticamente impulsionados pela falta de oportunidades promissoras, estes são obrigados a deixar em segundo ou talvez em último plano o ensino formal.

Os alunos da EJA, trazem consigo trajetórias de vidas com inúmeras experiências e conhecimentos previamente construídos que devem ser considerados e respeitados no âmbito escolar.

O tema “educação de pessoas jovens e adultas” não nos remete apenas a uma questão de especificidade etária, mas primordialmente a uma questão de especificidade cultural. [...] esse território de educação não diz respeito a reflexões e ações educativas dirigidas a qualquer jovem ou adulto, mas delimita um determinado grupo de pessoas relativamente homogêneo no interior da diversidade de grupos culturais da sociedade contemporânea. (OLIVEIRA, 2001, p. 15)

Os alunos da EJA são pessoas com idades, experiências, valores e diversificados. Alguns desses educandos já tiveram experiências no âmbito escolar. Outros, porém, procuram inserir-se no âmbito pela primeira vez, na tentativa de

buscar conhecimentos necessários para o prosseguimento de suas vidas na sociedade contemporânea.

EVASÃO ESCOLAR

Ao longo de sua trajetória, a proposta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) procurou resgatar aqueles indivíduos cuja formação escolar foi interrompida por algum motivo tempo regular, logo, esses indivíduos não puderam usufruir dos processos escolares formativos que os subsidiam à ascendência social devendo o Estado promover estratégias de resgate e, ao mesmo tempo, conscientização sobre a relevância de se retomar os estudos.

A evasão escolar, conforme descrito por Aquino (1997), é um fenômeno complexo que envolve o abandono da escola por parte do aluno, mesmo estando formalmente matriculado. As consequências da evasão escolar vão além do impacto individual, refletindo-se na comunidade e na sociedade como um todo, pois comprometem o desenvolvimento educacional e social do sujeito.

Contribuindo ainda para a compreensão do termo evasão escolar, é “o mesmo que deserção escolar, fenômeno que expressa o número de educando e educandas de um grau de ensino, de uma série escolar, que abandonam definitivamente ou temporariamente a escola” (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p. 37).

A Evasão escolar dá margens para o analfabetismo na sociedade brasileira, tornando-se uma questão complexa, que se estende por gerações e desafia as iniciativas de erradicação, e, negativamente, ainda representa uma lacuna que continuamente se faz presente na educação pública em pleno século XXI. [...] alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas a dizer a sua palavra, criadora de cultura. A cultura letrada conscientiza a cultura: a consciência historiadora auto manifesta à consciência sua condição essencial de condição histórica. (FREIRE, 2019, p. 25).

A alfabetização representa muito mais do que simples decodificação de palavras ou textos, abraçando uma abordagem de letramento que considera as práticas sociais de leitura e escrita. Este processo está inerente à propiciação de conhecimentos que ultrapassam o ambiente escolar, possibilitando conhecimentos mais abrangentes a partir da compreensão dos indivíduos, de forma que tornem-se reflexivos e críticos na sociedade.

A problemática concernente à evasão escolar na EJA, está atrelada a diferentes fatores. Nesse sentido, Campos e Oliveira (2003) destacam que:

Os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados quando os jovens e adultos deixam a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles (CAMPOS; OLIVEIRA, 2003, p. 12).

Aquino (1997) aponta a importância de uma abordagem educacional holística, que reconheça a diversidade de experiências e necessidades dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso implica em um esforço contínuo das instituições de ensino para adaptar seus métodos e estratégias de forma a atender e envolver os estudantes. Assim, é possível criar um ambiente de aprendizado mais inclusivo e eficaz, que contribua significativamente para a redução do abandono escolar e promova um futuro promissor para os alunos.

Soares (2001) salienta que a evasão escolar é um fenômeno que tira da escola milhares de alunos que poderão se tornar os futuros excluídos da sociedade e do mercado de trabalho. Tornando-se um importante problema enfrentado pela instituição de ensino e pela sociedade, pois os sujeitos que por algum motivo abandonaram ou evadem a escola farão parte de uma grande porcentagem de cidadãos com má formação educacional, que possuem dificuldades de assumir questões fundamentais da vida em sociedade, na esfera pessoal e na profissional.

Para muitos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a educação continua sendo apenas uma ideia que costuma ser deixada de lado por muito tempo, em detrimento de outras responsabilidades e obrigações. Mas, devido à necessidade de qualificação para o “mercado de trabalho”, precisam reingressar na escola (BONK, 2022).

O Estado brasileiro precisa fomentar discussões pertinentes na busca por estratégias inovadoras e eficazes que promovam situações de aprendizagens significativas para os alunos da EJA, motivando a permanência destes na escola.

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma questão complexa que envolve inúmeras dimensões, incluindo as emocionais e cognitivas. O reconhecimento da importância dos afetos nas relações de ensino e aprendizagem é fundamental, pois influenciam diretamente a motivação e o engajamento dos alunos.

A paixão pelo conhecimento e o desejo de aprender podem ser tão importantes quanto o conteúdo ensinado em sala de aula. Portanto, estratégias pedagógicas que considerem os aspectos afetivos e cognitivos podem contribuir significativamente para a redução da evasão escolar, estimulando um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e estimulante para professores e alunos (BUZIOLI; TASSONI, 2021).

A integração dos aspectos afetivos e cognitivos nas estratégias pedagógicas é fundamental para criar um ambiente educacional que promova a permanência escolar e o envolvimento dos estudantes. Ao reconhecer e endereçar as necessidades emocionais dos alunos, os educadores podem desenvolver métodos de ensino mais eficazes que incentivem a participação ativa e o interesse pelo aprendizado. Além disso, o acolhimento e estímulo dos professores podem estabelecer uma relação mais positiva com os alunos, o que é relevante para o desenvolvimento de habilidades críticas e a construção de conhecimento significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma oportunidade fundamental para muitos que, por diversas razões, não puderam completar sua educação formal no tempo tradicional. Apesar de ser frequentemente postergada devido a responsabilidades imediatas, a educação na fase adulta é um passo valioso para a inserção e ascensão no mercado de trabalho. A retomada dos estudos, embora desafiadora, é um investimento no desenvolvimento pessoal e profissional, propiciando não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também o fortalecimento da autoestima e da cidadania.

Embora haja avanços na tessitura da legislação brasileira vigente, ainda existem desafios diversos envolvendo a permanência dos alunos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A evasão na EJA não afeta apenas os indivíduos, mas também perdura ciclos de pobreza e exclusão social.

A evasão escolar é um desafio significativo no sistema educacional, com múltiplas causas que variam desde questões socioeconômicas até a relevância do currículo. Estratégias contraproducentes, como políticas públicas ineficazes ou métodos pedagógicos desatualizados, podem agravar o problema, levando a um ciclo

vicioso de desinteresse e abandono escolar. É crucial que as intervenções sejam bem planejadas e centradas no aluno, considerando as necessidades e contextos específicos para combater efetivamente a evasão escolar. Portanto, a escola se transforma em um espaço não apenas de transmissão de conhecimentos acadêmicos, mas também de valorização das sabedorias e competências que os alunos trazem consigo.

A pesquisa em questão, ressalta a importância de reconhecer as experiências prévias dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), valorizando o conhecimento que eles trazem para o ambiente escolar, contribuindo para um processo educativo mais significativo, que respeita a trajetória individual e promove o desenvolvimento integral do estudante.

Investimentos em programas de alfabetização e educação continuada são ferramentas importantes para reduzir as desigualdades e assegurar que jovens e adultos possam exercer sua cidadania e melhorar suas condições de vida e trabalho. A implementação de políticas públicas eficazes para a EJA reflete o compromisso com uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2007.

AQUINO, J. G. **O mal-estar na escola contemporânea: erro e fracasso em questão**. (Org.). In: AQUINO J. G. Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997.

ARROYO, M.G. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão**. In: construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAB, 2005.

BONK, Gabriele. **Educação de jovens e adultos: relações entre mercado de trabalho e educação sob a perspectiva humanista**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) -Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, p. 66, 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil

%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais Acesso em: 02 ago. 2024.

BUZIOLI, J. R. de S.TASSONI, E. C. M. **Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos**: Sentidos Atribuídos pelos Alunos para a Permanência na EJA. Revista InterAção, Goiânia, v. 46, n. ed. especial, p. 1068–1085, 2021. DOI: 10.5216/ia.v 46 ied.especial.68193. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68193>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CAMPOS, E. L. F. OLIVEIRA D. A. **A Infrequência dos Alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização**, na Universidade Federal de Minas Gerais. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 71. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. Coleção Questões da Nossa Época, vol. 24. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e Adultos Como Sujeitos de Conhecimento e Aprendizagem**. in: RIBEIRO, Vera Masagão. Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras. - Campinas, São Paulo, 2001.

PAIVA, Jane. **Direito formal e realidade social da Educação de Jovens e Adultos**. In: SAMPAIO, Maria Narcizo; ALMEIDA, Rosilene Souza. Práticas de Educação de Jovens e Adultos: complexidades, desafios e propostas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PAIVA, Vanilda, **História da Educação Popular no Brasil, Educação Popular e Educação de Adultos**. 6, Ed, São Paulo, Ed Loyola, 2003.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil**: fatores, causas e possíveis consequências. Educação Por Escrito, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3jvBUdw>>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SOARES, L. J. G. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, Vera Masagão (org). Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

SOEK, Ana Maria; HARACEMIV, Sonia; STOLTZ, Tânia. **Mediação Pedagógica na Alfabetização de Adultos**. Curitiba: Positivo, 2009.